

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

Elizangela dos Anjos Muniz¹
Fernanda Machado dos Santos²
Joyce de Oliveira Souza³

Resumo:

O presente artigo é resultante das discussões teóricas realizadas no componente curricular TEC I no V semestre do curso de Pedagogia da UNEB-CAMPUS X, ministrado pela professora MSc. Jessyluce Cardoso Reis. Mediante a escolha pela linha de pesquisa relacionada às políticas públicas. O objetivo deste artigo é compreender de que forma o programa Bolsa Família está relacionado com a educação, corroborando com os indicadores de desempenho da Educação Básica. Visto que o Programa Bolsa Família foi implantado pelo Governo Federal brasileiro em outubro de 2003, e é o maior programa de transferência de renda da história do Brasil. Tem por objetivos, combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais. Foi utilizada como metodologia a pesquisa de cunho bibliográfica elegendo-se como referencial teórico: Romanelli (1980), Santos (2012), Libâneo (2012), Sarmento (2010), além de documentos oficiais alusivos ao referido programa. Esta pesquisa é considerada de fundamental importância, para entendimento do desempenho atual da educação brasileira, já que o programa Bolsa Família é uma política pública presente em grande parte das famílias da classe popular da sociedade brasileira. Assim, chegou-se a uma breve conclusão de que o programa realmente contribui no acesso e permanência a escola, uma vez que a presença do aluno na sala de aula é um de seus condicionantes.

Palavras chave: Bolsa família; Educação; Desenvolvimento; Indicadores de desempenho

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do país é possível perceber a grave dimensão da má distribuição de renda. Nos dias atuais a carência de cidadania, oriunda do “ não saber político”, impacta no desenvolvimento do Brasil. Esta situação torna-se grave uma vez que esta pobreza é algo crônico, ou seja, sem conhecimento, a maioria dos cidadãos que compõem as estatísticas da classe menos favorecida socialmente, são habituados a viverem em conformidade com a miséria.

As políticas públicas tem intenção de aliviar de imediato os constrangimentos causados pela pobreza, com esta finalidade foram criados e ampliados programas de

¹ GRADUANDA DO 5º SEMESTRE DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS X.

E-mail: elisangelamunizes@hotmail.com

² GRADUANDA DO 5º SEMESTRE DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS X.

E-mail: fernandasotnas@hotmail.com

³ GRADUANDA DO 5º SEMESTRE DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS X.

E-mail: Joyce.oliveira87@hotmail.com

transferência de renda que tem por objetivo e desafio a redução da desigualdade de oportunidades, combate à fome e a miséria.

Nesse sentido, o país agrega diversas políticas públicas e programas para beneficiar a sociedade, entre eles, o Bolsa Família (PBF) do Governo Federal, que trata-se do maior programa de transferência de renda da história do Brasil e constitui-se, no principal programa no âmbito da Estratégia Fome Zero⁴, tendo por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos, saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra.

O PBF vincula o recebimento de benefícios ao cumprimento de regras pelas famílias beneficiadas vinculadas a saúde e educação. No que se refere à educação exige-se 85% da presença do aluno na escola.

Isso posto, o objetivo desta pesquisa é compreender a relação do programa bolsa família com a educação básica, identificando a contribuição do referido programa para o acesso e permanência dos educandos a educação.

Para responder essas indagações foram utilizados como fundamentação teórica dessa pesquisa os autores: Romanelli (1980), Santos (2012), Libâneo (2012), Sarmento (2010), Brasil (2009)

Para melhor compreensão do objeto exposto, o presente artigo está organizado da seguinte forma: Políticas públicas, políticas públicas educacionais, Programa Bolsa Família e considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para se entender o contexto das políticas públicas é importante falar de conceitos básicos como os de Estado e governo. Estado pode ser considerado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que formam um bloco rígido necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo pode-se considerar como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos,

⁴ O fome zero é um programa do governo federal que visa o direito de alimentação da população brasileiro.

organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Segundo Gobert Miller (1987), Políticas Públicas são entendidas como o ‘Estado em ação’; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Assim, Políticas Públicas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

De acordo Santos (2012), para compreender as políticas públicas educacionais atuais é necessário se fazer um resgate histórico acerca da própria formação brasileira e sobre a influência que exerce nas políticas educacionais, bem como, as continuidades, descontinuidades, adaptações e rupturas que caracterizam as políticas educacionais de diferentes períodos.

Dessa forma para entender como estão postas as condições das políticas educacionais na atualidade, é preciso compreender como foram criadas as relações políticas para com a educação desde a formação da sociedade brasileira.

Desde os Períodos: Colonial, Império e Primeira República a educação era formulada de maneira seletiva, e o trabalho era organizado com mão de obra escrava que trabalhava diretamente com a “terra” agricultura e não necessitava de uma qualificação para o trabalho. Sendo assim a educação era destinada para os grandes proprietários de terras que detinham poder político:

Destarte, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada. (ROMANELLI, 1980, p.33)

Aos nativos impunha os trabalhos braçais, por serem considerados inferiores aos colonizadores. Sendo assim a escola era um espaço limitado para grupo de pessoas pertencentes à classe dominante.

Freitag citado por Santos (2012), mostra que durante o período Imperial e a primeira república a composição social do Brasil, mudou-se apenas a mão de obra escrava para a mão de obra dos imigrantes. Sendo assim a educação permanecia acessível somente para aquele que detinham o poder político.

A partir da independência surgiu a necessidade de uma instrução voltada para a política e técnicas administrativa devido à necessidade de formar dirigentes para o então Império. Neste sentido começaram a surgir escolas militares e de ensino superior. Assim:

A importância assumida pela educação de letrados durante toda a monarquia estava diretamente ligada à necessidade de o país ter de preencher o quadro geral de administração e da política. A escola representada, sobretudo pelas novas Faculdades de Direito, criadas na década 1820 passou a desempenhar o papel de fornecedora do pessoal qualificado para essas funções. (ROMANELLI, 1980, p.39)

Mais uma vez a educação é pensada somente para aqueles que ocupariam a administração do império, ou seja, a grande população mais pobre permanecia esquecida e sem instrução.

De acordo Aranha (1996), o diploma exerce uma função de “enobrecimento”. Letrados e eruditos, com ênfase na formação humanística, cada vez mais se distanciam do trabalho físico “maculado” pelo sistema escravista.

Para Santos (2012), a partir do século XIX, começa a acontecer mudança no cenário da educação brasileira. A burguesia, classe que começava a ascender no comércio das zonas urbanas, passava a ter acesso à educação eliminando assim privilégio destinado somente à aristocracia rural. Desta forma:

A ascensão desta camada da sociedade, que apresentava afinidades com a mentalidade burguesa também em ascensão na Europa, diversificou a demanda escolar do período. Contudo, embora duas camadas sociais distintas passem a compor a demanda escolar – a aristocracia rural e a pequena burguesia- o tipo de educação que almejavam era o mesmo, mantendo o caráter seletivo e classista da educação enquanto distintivo de classe. (SANTOS, 2012, p.4)

Percebe-se que mesmo com uma nova classe tendo acesso à educação, a educação continuava sendo um meio de divisão de classes.

De acordo Santos (2012), a partir de 1910, percebe-se uma emergência pela universalização da escola devido à pressão de diferentes grupos sociais pelo ensino popular e o aumento da demanda escolar para os trabalhadores imigrantes europeus. Neste sentido:

A bandeira de universalização da escola era empunhada por progressistas das camadas superior e média à cata de alianças com setores populares e embalados pelo ideário político moderno. Era levantado ainda pelos conservadores, preocupados com o controle das camadas populares, principalmente diante da ameaça representadas pelos imigrantes, que deveriam ser integrados aos “valores e costumes” nacionais. E finalmente, pelos movimentos operários do período, bastante significativos, que exigia a universalização dos direitos da cidadania, entre eles o acesso a instrução. (XAVIER *et al*; *Apud* SANTOS 2012)

Entende-se que a educação passou a ser uma ferramenta de controle para as camadas superior e média da sociedade. Ao fornecer uma educação com ideais alienantes conseguiam controlar as camadas populares que começavam a reivindicar direitos, e incorporava os costumes e ideais na população imigrante que chegava ao país. Desta forma mantinha o controle e acalmava as revoltas populares.

2.2.1 Fundação da Associação Brasileira de Educação

Com o fim da segunda Guerra Mundial de acordo Santos (2012), intelectuais brasileiros sob a influência dos Estados Unidos e baseados no movimento Nova Escola, fundam a Associação Brasileira de educação (ABE) com o intuito de reformular o sistema de ensino até então vivenciada pela sociedade brasileira.

Através da ABE começa-se a expansão das ideias liberais opondo-se assim ao sistema de ensino que até então defendia os conservadores, neste sentido as ideias liberais influenciaram em novas concepções pedagógicas e políticas públicas educacionais dos períodos seguintes.

De acordos Santos (2012), a partir da década de 1930, até a década de 1950, que aconteceram mudanças políticas, sociais e econômicas proporcionando assim uma reorganização do sistema educacional brasileiro.

Uma mudança importante foi o reconhecimento da necessidade da criação de um plano nacional de educação que coordene e supervisione as atividades de ensino da educação. Neste sentido, Santos (2012) afirma que:

Neste contexto, a abertura do capital internacional foi considerada a solução para o crescimento econômico, porém, os investimentos do período ampliaram a dívida externa e consequentemente a inflação, as desigualdades e conflitos sociais. Além disso, este processo de internacionalização da economia contribuiu para o surgimento de uma burguesia multinacional aglutinada a burguesia nacional e os setores conservadores, reduzindo a influência dos movimentos de resistência de cunho nacional. (p.5)

A internacionalização da economia cedeu o direito sobre “terras” brasileiras para estrangeiros desvalorizando assim a cultura nacional e exaltando a cultura estrangeira.

2.2.2 Lei de Diretrizes e Base 4.024/1961

Com a criação da UNESCO⁵ no período Pós-Segunda Guerra Mundial cresce a preocupação com a expansão da educação, devido à necessidade de instruir mão de obra para o trabalho das indústrias internacionais que cada vez mais ganhava espaço em território brasileiro.

Neste sentido de acordo Santos (2012), foi implementada a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional 4.024 de 1961, onde o objetivo era formar mão de obra em cursos profissionalizantes de ensino médio. Essa preparação se dava de formas duvidosas e precárias.

Com a intervenção do Governo Militar em 1964, além do caráter profissionalizante a educação do povo passou a atender as exigências produtivas das organizações estrangeiras. Em 1968, a crise política econômica favorece o acordo de cooperação estrangeira no sistema de ensino conhecidos como MEC/USAID⁶. Sendo assim:

Estes acordos tiveram importante influência na reorganização do sistema de ensino na perspectiva economicista de educação e também na difusão ideológica deste pensamento na política educacional dos períodos seguintes. (XAVIER; *et al*; Apud SANTOS 2012, p.6)

Percebe-se que o acordo MEC/USAID movimentou a educação em prol de um favorecimento as empresas americanas que cada dia mais se instalavam em territórios brasileiros.

⁵ Organização das Nações Unidas Para a Educação, a ciência e a cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação da ciência da cultura e da comunicação

⁶ Acordo realizado através da parceria entre MEC e United States International for Development (USAID) realizando doze acordos responsáveis por reformas de leis no sistema educacional. Então, por meio destes acordos MEC/USAID estabelecidos no território nacional se deram novos rumos à educação, envolvidos por características autoritárias e domesticadoras.

2.2.3 Lei de Diretrizes e base 5692.71

Em 1971, surgiu a LDB⁷ 5.692/71 com ajustes a anterior como a extensão e a obrigatoriedade escolar e a generalização do ensino profissionalizante. Sendo assim:

O interesse em ampliar a obrigatoriedade escolar visava administrar as desigualdades geradas supondo uma igualdade de oportunidade que na realidade limita-se ao plano formal, além disto, buscava a legitimidade social necessária para a continuidade deste projeto, de forma arbitrária e autoritária. (SANTOS 2012, p.6)

Neste sentido a LDB 5.692/71 foi uma maneira de passar a falsa ideia de igualdade para a sociedade, mantendo assim a massa populacional controlada e a permanência no poder. Para assim dar seguimento ao modelo de educação tecnicista a fim de suprir necessidades de mão de obra para as fábricas.

De acordo Santos (2012), o Governo Militar se mostrou incapaz de promover a construção de um Brasil potência como tinha prometido que faria. Assim sendo as pressões populares começam a se desencadear através de um processo lento e gradual na abertura da democracia do país. E a partir de então começam a se desenvolver políticas compensatórias para tentar estabilizar o desequilíbrio financeiro e social que o poder militar causara ao Brasil.

A aliança feita entre educação brasileira e capital estrangeiro com intuito de promover avanços e desenvolvimento para o Brasil não trouxe os resultados esperados e além disso fez com que o país se tornasse cada vez mais dependente do capital estrangeiro.

2.2.4 Políticas de Educação para todos

De acordo Santos (2012), a partir de então as políticas educacionais começam a ser discutidas no sentido de democratização da educação. Mas mesmo assim até a década de 90 somente uma pequena parcela da população tinha acesso ao ensino superior.

Neste sentido a partir da década de 1990 surgem as políticas de educação para todos, que priorizava a universalização da educação básica. Dentre elas se destacam o PNE⁸, a constituição federal 1988 e a LDB 9.394/96, por agirem no sentido de promover a equidade:

Contudo, é importante observar que os mesmos empresários que compõe o compromisso todos pela educação, continuam resistentes a ampliação do

⁷ Lei de Diretrizes e Base da Educação

⁸ Plano Nacional de Educação

acesso e qualificação dos níveis superiores de educação, colocando-se contrários ao financiamento público do ensino superior, defendendo o fim de sua gratuidade e que sua gestão seja realizada pela iniciativa privada. (SANTOS, 2012, p.10)

Embora essas políticas passem a ideia de igualdade social para a população a mesma esconde intenções de diferentes grupos dominantes de permanecerem no poder. Defendem a universalização do ensino básico, mas desaprova investimentos em instituições de ensino superior públicas. Dessa forma garantem mão de obra necessária para suas empresas que o ensino básico garante a formação, e permanecem como dominantes impedindo a emancipação das massas populares.

Mas é preciso deixar claro que as definições das políticas públicas não somente são para garantir os interesses de grupos de maior influência. É preciso entender que as políticas públicas parte também da necessidade que o Estado tem em garantir o equilíbrio entre diferentes grupos sociais. Ao surgirem conflitos sociais as políticas públicas são usadas como estratégia para garantir a ordem:

Neste sentido, as políticas de caráter social apresentam uma importância fundamental para o Estado capitalista, uma vez que contribuem para efetivar os mecanismos de controle social, assegurando iniciativas e estratégias que administrem os conflitos sociais e que garantam os interesses do capital. (SHIROMA; MORAIS; et al; *Apud* SANTOS 2012, p.11)

Portanto ao investigar uma política pública que aparentemente demonstra somente a intenção de favorecer algum grupo específico é necessário investigar as intenções subliminares do Estado ao promovê-las.

2.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O PBF foi é uma alternativa para a garantia de direitos às pessoas excluídas socialmente e vulneráveis a pobreza extrema e a violência, o Governo Federal apresentou no final do ano de 2003 o Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, o PBF é um programa de transferência de renda para famílias de baixa renda, em situação de pobreza e extrema pobreza, assegurando seus direitos básicos a alimentação, saúde e educação, pois estabelece condicionalidades para a manutenção do benefício às famílias. Sendo assim, para receberem o benefício do Governo, as famílias precisam obedecer às normas de saúde e educação, ou seja,

as crianças e mulheres precisam ter um acompanhamento semestral pela Saúde, e as crianças e adolescentes em idade escolar precisam ter um mínimo de 85% de frequência escolar, e o não cumprimento dessas condicionalidades bloqueia o benefício até que seja justificado ou verificado e obedecido. Ainda em relação as regras referente a frequência escolar, o interesse do Governo é de que as crianças em idade escolar estejam frequentando a escola, pois é direito da criança e dever da família e da sociedade, segundo artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB, 2010, p.8), além de reduzir a vulnerabilidade quanto a violência, a negligência e ao trabalho infantil.

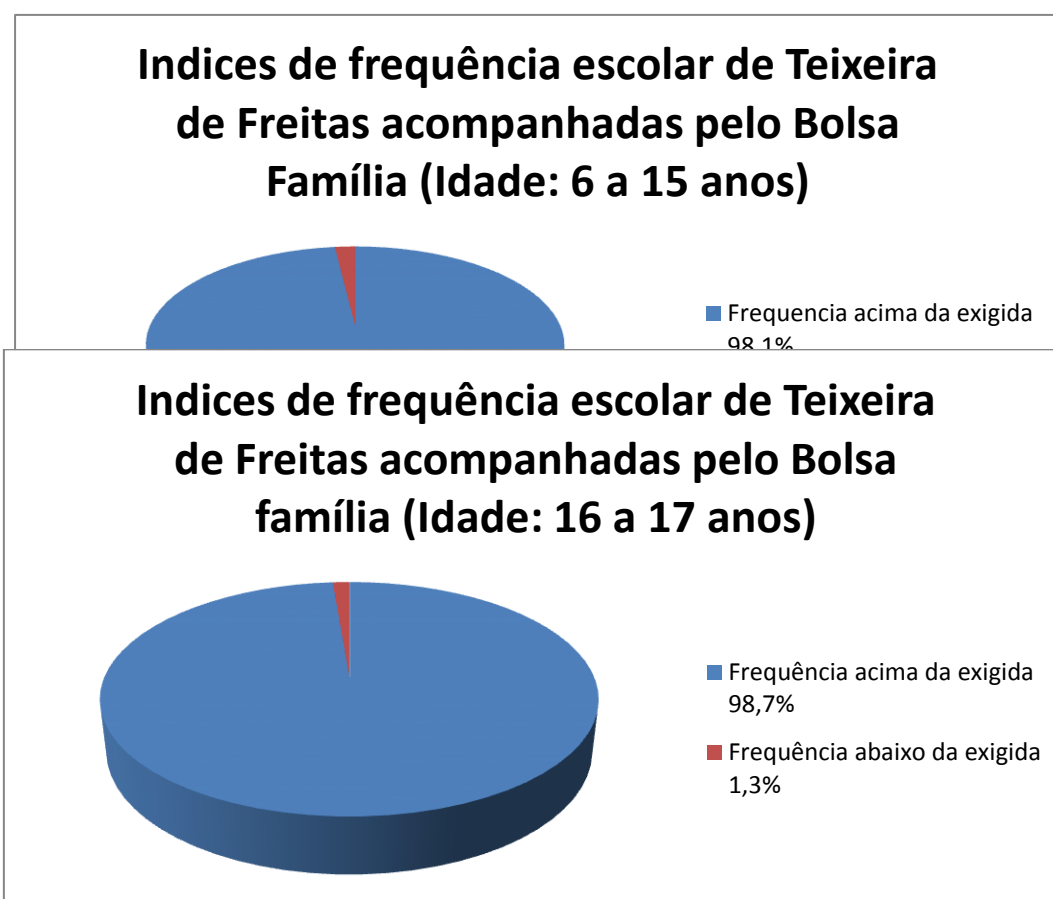
Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),

O programa Bolsa Família integra o programa Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável a fome. (BRASIL, 2011).

Por se tratar de um benefício do Governos Federal, é necessário estar cadastrado no Cadastro Único de Benefícios do Governo Federal, um sistema de dados que promove uma análise social do indivíduo e da família e, com base nos critérios desse Cadastro – CADU – é possível fazer uso de diversos benefícios do Governo Federal, como participar de programas de transferência de renda, – PBF e Benefício de Prestação Continuada (BPC) – programas de habitação – Minha Casa, Minha Vida – cursos de geração de renda ofertados pelas Secretarias de Assistência Social e programas de proteção a criança em vulnerabilidade social – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e projetos de contra turno. O programa atende hoje mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. O MDS ainda aponta o programa Bolsa Família como um importante instrumento de redução da desigualdade social e da pobreza, citando dados do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que demonstra queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008.

O PBF trabalha com três eixos principais: a transferência de renda, que proporciona alívio imediato da pobreza; condicionalidades, que garantem os direitos sociais básicos a educação e a saúde; e programas complementares, que oportunizam o desenvolvimento de qualidades e potencialidades nas famílias atendidas, de modo que atinjam independência do programa. Este último eixo trabalha com a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos e oficinas socioeducativas para crianças e adolescentes, possibilitando o acesso dos pais ao trabalho efetivo, não apenas o informal.

A distribuição de valores do benefício vai depender da estrutura física familiar e da renda per capita mensal. Segundo as últimas atualizações, as famílias que recebem até R\$70,00 per capita por mês e famílias que tenham filhos com até 17 anos de idade, com renda mensal per capita de até R\$140,00 têm direito a receber o benefício do programa, desde que cumpram com as condicionalidades de saúde e educação estabelecidas pelo Governo Federal e fiscalizadas pelos governos Estaduais e Municipais (BRASIL, 2011). Os gráficos a baixo demonstram o alto índice de frequência de alunos de 6 a 15 anos de idade. De acordo os dados é possível perceber que a condicionalidade imposta pelo programa incentiva a presença do aluno em sala de aula.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do nosso país a educação passou por várias etapas, entre avanços e retrocessos ocorreram grandes transformações e em destaque está o acesso à escolarização.

As mudanças consideráveis da sociedade ocorreram através de projetos de governo, ações voltadas para setores específicos da sociedade, essas ações podem ser chamadas de políticas públicas; Dentro desse mesmo contexto há as políticas públicas sociais que são voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico; Neste sentido é possível perceber que as políticas públicas educacionais são as ações do governo voltadas para a educação.

Em uma visão geral para o governo as políticas têm a intenção de agregar todas as áreas sociais, visando sempre a melhoria e o bem estar da sociedade.

O Programa Bolsa Família é considerado uma política bastante eficiente, cujo objetivo é a transferência de renda para famílias de baixa renda, assegurando seus direitos básicos, contribuindo na área também da educação e saúde, pois para que o cidadão seja contemplado é preciso obedecer condicionalidades ligadas a essas áreas.

Ao analisar superficialmente as intenções das políticas e programas, é possível perceber mudanças e desenvolvimento, no entanto muitas vezes não há clareza, tornando-se difícil notar as reais intenções de algumas ações do governo. Um programa como o Bolsa Família, por exemplo atende pessoas necessitadas, que dependem da renda para sobreviver, diante disso não se pode negar sua efetividade, pois combater a fome é de fato algo necessário, porém deve se atentar a eficácia do seu reflexo na educação, com relação a sua qualidade, e não apenas ao direito de todo o cidadão ter a educação ao seu alcance, mas de se fazer esse direito proveitoso e útil para formação do indivíduo e da sociedade haja vista que entre suas condicionalidades está a frequência escolar.

Enfim, pode-se afirmar que de fato houve avanços pois, em país com um histórico de escravidão, as mudanças realmente ocorreram e houve benefícios para a sociedade, no entanto é preciso se atentar aos direitos enquanto cidadãos, assim também como os deveres. Grande parte da sociedade embora livres hoje, desconhecem os seus direitos e outros não cumprem seus deveres.

A evolução não consiste em “ter” ou “não ter”, mas sim em “ser” autônomo, conhecer e exercer seus direitos enquanto cidadãos.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 02 de abril de 2014.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade (organizadoras). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas Públicas Sociais**. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930\1973)**. 2ª Ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1980.

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e sociedade**. Pelotas: Ufpel, 2012.

SARMENTO, Diva Chaves (ORG). **Sistemas de Educação no Brasil políticas, autonomia e cooperação**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

SILVA, Mos. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. **Ciênc. Saúde coletiva**. vol. 12, n.6p.1413-8123,2007.